Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	12
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	13
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	14
2.5 Medições não contábeis	15
2.6 Eventos subsequentes as DFs	16
2.7 Destinação de resultados	17
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	18
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	19
2.10 Planos de negócios	20
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	23
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	24
5.2 Descrição dos controles internos	32
5.3 Programa de integridade	34
5.4 Alterações significativas	37
5.5 Outras informações relevantes	39

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

a.1. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2022

A MRS encerrou o ano de 2022, com 178,2 milhões de toneladas transportadas, registrando incremento de 4,9% frente ao ano de 2021. Esse incremento pode ser explicado pelo impulso na demanda no Grupo Carga Geral. Os diretores destacam que houve um aumento de 14,2% neste Grupo, o que equivale a 71,7 milhões de toneladas, além do aumento do transporte de produtos agrícolas, marca de destaque dentro da companhia, com a consolidação da carga de celulose, que representaram 65,3% e 7,9%, respectivamente, do total transportado na Carga Geral.

Os diretores também informam que, em 2022, o *Transit Time* do minério de ferro, indicador que calcula o tempo de transporte (da origem até o destino) da principal carga da Companhia, apresentou retração para 19,32 horas, contra 19,72 horas, de 2021. Essa retração se deve ao aprimoramento na execução do trem não tripulado, vigente desde 2020. Nesse novo modelo, para o trem transpor a Zona de Auto Salvamento (ZAS) da Barragem Forquilha III, de forma não tripulada, é preciso cumprir protocolos técnico e de segurança que reduzem a velocidade média da composição.

Em 2022, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 2.096,2 milhões, 19,0% acima do total alocado em 2021. Segundo a diretoria, este incremento do volume de investimentos em 2022 teve por consequência, principalmente, a confiabilidade e modernidade de ativos, a expansão de capacidade e negócios, além do início de obras que visam o atendimento aos requisitos obrigatórios da renovação da Concessão, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, com inovação e modernização para o serviço público ferroviário.

Os diretores apresentam na tabela abaixo os principais indicadores financeiros da MRS em 2022 e a sua comparação com 2021.

Resultados	2022	2021	2022 x 2021
Receita Bruta (R\$ milhões)	6.029,4	4.788,9	25,9%
Receita Líquida (R\$ milhões)	5.592,1	4.427,4	26,3%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	31,4	26,0	20,4%
EBITDA (R\$ milhões)	2.844,9	2.465,9	15,4%
Margem EBITDA (%)	50,9%	55,7%	-4,8pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	874,2	699,6	25,0%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	1,2x	1,0x	0,2x

A Receita Líquida da Companhia, em 2022, foi de R\$ 5.592,1 milhões, incremento de R\$ 1.164,7 milhões (+26,3%) em comparação ao ano de 2021. O transporte de Minério de Ferro contribui com aproximadamente 58,5% do volume de transporte e encerrou o ano com 104,2 Mt transportadas.

O EBITDA da Companhia apresentou resultado de R\$ 2.844,9 milhões, 15,4% de aumento em comparação com o ano de 2021.

A MRS encerra o ano de 2022 com Lucro Líquido de R\$ 874,2 milhões, que representou uma expansão de 25,0% em relação ao verificado em 2021. Os diretores esclarecem que este resultado alcançado em 2022 refletiu a conjugação do aumento do volume transportado e da tarifa consolidada, parcialmente compensados pelo reconhecimento em 2021 dos créditos fiscais.

O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA apresentou incremento na comparação com 2021, encerrando 2022 em 1,2x, reflexo, em parte, das novas captações ocorridas em 2022, associado ao foco sustentável na gestão de recursos, principalmente no controle da alavancagem financeira.

A Companhia possui nota de classificação de risco (rating) atribuída pelas agências de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) e Fitch Ratings (Fitch). Em 2022, ambas as agências reafirmaram os ratings da Companhia que são 'brAAA' pela S&P e 'brAAA' pela Fitch.

b. estrutura de capital:

A Companhia busca sempre a otimização de sua estrutura de capital com ênfase na redução de custos financeiros. A tabela, abaixo, resume a estrutura de capital da Companhia e apresenta o padrão de financiamento de suas operações:

Em R\$ Milhões	2022
Patrimonio Líquido (PL)	5.513,6
Capital de Terceiros (CT)	9.017,8
Passivo Circulante	2.659,7
Passivo Não Circulante	6.358,1
Participação do Capital Próprio (PL)	38%
Participação do Capital de Terceirtos (CT)	62%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes, bem como que a Companhia tem condições de, se necessário, obter novos recursos junto a instituições financeiras públicas e privadas ou no mercado de capitais, de forma a cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os resultados dos principais indicadores de capacidade de pagamento de dívida utilizados pela Companhia são detalhados no item 2.1.f (iv) abaixo.

Os diretores da Companhia entendem que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações existentes.

Os diretores destacam que as análises de dois importantes indicadores são relevantes para garantir a capacidade de pagamento da Companhia, quais sejam:

- (i) O indicador Dívida Líquida/EBITDA, ficou em 1,2x em 2022. A Companhia cumpriu o *covenant* estabelecido com seus credores; e
- (ii) O indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, que em 2022 foi de 6,5x. A Companhia, também, cumpriu este *covenant* firmado junto aos credores.

Os diretores ressaltam ainda que a Companhia possui os seguintes mecanismos de proteção contratual, que garantem um fluxo de receita mínimo anual, conforme acordado nos contratos com seus clientes cativos, que são também os controladores da Companhia:

- (i) Take or Pay: prevê o pagamento de um valor mínimo por ano à MRS, tendo por base um volume acordado entre a Companhia e referido cliente, independentemente de o transporte ter ocorrido.
- (ii) Gatilho: prevê reajuste na tarifa cobrada do cliente a fim de repassar um eventual aumento no custo do óleo diesel, combustível utilizado nas locomotivas e um dos principais custos da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os diretores informam que as fontes de recursos utilizadas pela Companhia para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes foram a geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos e emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

A esse respeito, os diretores acrescentam que a Companhia utiliza linhas bancárias de longo prazo, bem como analisa constantemente as opções de financiamento via mercado de capitais, já tendo realizado 10 (dez) emissões de debêntures desde a sua criação. E no ano de 2022, ocorreu a captação no montante de R\$600,0 milhões junto a banco público de fomento.

Os diretores destacam, ainda, que a MRS está inserida no setor de infraestrutura, considerado estratégico na visão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Desta forma, a Companhia consegue financiar seus investimentos em via permanente, vagões e locomotivas com linhas específicas deste banco, com taxas de juros e prazos de pagamento compatíveis com a característica de longa maturação deste tipo de investimento.

Em relação ao financiamento para capital de giro, os diretores destacam que a Companhia aufere prazo médio de recebimento curto, possuindo forte geração de caixa e, por isso, os financiamentos com a finalidade de fortalecer o capital de giro quase não são utilizados. Em contrapartida, os diretores acreditam que a Companhia busca sempre as melhores oportunidades no mercado para alongar o prazo médio de sua dívida e reduzir seu custo financeiro. Desta forma, na opinião dos diretores, as fontes de financiamento que não são atreladas aos investimentos da Companhia foram tomadas para melhoria do perfil da sua dívida.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia consulte o item 2.1.f (i) deste documento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A diretoria da MRS entende que, caso ocorram deficiências de liquidez, poderão ser utilizadas fontes bancárias de prazo mais longo ou ainda operações via mercado de capitais.

O detalhamento das informações a respeito dos limites dos financiamentos já contratados encontra-se disponível no item 2.1.g abaixo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela a seguir demonstra os compromissos de curto e longo prazo, considerando o passivo circulante e não circulante:

Em R\$ Milhões	2022
Passivo Circulante	2.659,7
Passivo Não Circulante	6.358,1

As informações do endividamento apresentadas no quadro a seguir dizem respeito apenas ao passivo oneroso, diferente do apresentado na tabela imediatamente anterior.

	2022		
	RS MM %		
Dívida de Curto Prazo	731,3	16,9%	
Dívida de Longo Prazo	3.604,8	83,1%	
Total Dívida Bruta	4.336.0	100.0%	

I - Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os diretores informam que os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$ 4.336,0 milhões em 2022, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Empréstimos e Financiamentos Relevantes	2022
Debêntures	2.657,3
BNDES	870,9
Banco MUFG	218,8
ССВ	50,9
Nota Promissória	578,2
Custos da Transação	(40,1)
Total	4.336,0

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores informam que não há outras relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras que não estejam descritas no item I acima.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores informam que não foram estabelecidas cláusulas de subordinação entre as dívidas da Companhia, sendo o grau de subordinação entre elas determinado pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 11.101/2005. Porém, para algumas das dívidas pendentes tomadas pela Companhia foram constituídas garantias específicas (o que pode afetar a posição dos respectivos créditos no âmbito de eventual concurso de credores, nos termos da legislação em vigor), quais sejam:

1) BNDES (DULC/FINEM):1

- Penhor de recebíveis (contratos de prestação de serviços);
- Cessão de 90% do "Direito à Indenização por Rescisão" relativa ao eventual término antecipado do Contrato de Concessão e/ou do Contrato de Arrendamento.
- 2) BNDES (operações de FINAME e FINEM) para a aquisição de material rodante, vagões e locomotivas:
 - Penhor dos bens financiados (vagões e/ou locomotivas).
- 3) Outros financiamentos (incluindo Notas Promissórias e 7ª, 9ª e 10ª Emissões de Debêntures):
 - Operações sem garantia.

¹ As garantias foram revistas e algumas que eram previstas originalmente foram retiradas dos contratos com o Banco.

IV - eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os diretores informam abaixo os contratos financeiros que possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants):

Contratos	Indicadores	2022
BNDES	- Dívida Líquida / EBITDA	<= 2,5
Debentures 7	- Dívida Líquida / EBITDA	<= 3,0
Debentures /	- EBITDA / Desp Fin. Líquidas	> 4,0 ou < 0
Debentures 9	- Dívida Líquida / EBITDA	<= 3,5
Debentures 10	- Dívida Líquida / EBITDA	<= 3,5
Banco de Tokyo	- Dívida Líquida / EBITDA	<= 3,0
Safra	- Dívida Líquida / EBITDA	<= 3,5
Nota Promissória	- Dívida Líquida / EBITDA	<= 3,5

As quatro emissões de debêntures ativas da Companhia (7ª, 9ª e 10ª emissões) possuem as seguintes restrições, além dos covenants financeiros listados na tabela acima:

(a) Debêntures 7ª Emissão:

- (i) Restrição à alienação de ativos imposta somente a ativos permanentes que representem em um período de 12 meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 100.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação.
- (ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, previsto no estatuto social da Emissora, que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Debêntures 9ª Emissão:

- (i) Restrição à alienação de ativos não-circulantes que representem valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) dos ativos não-circulantes, em relação às demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida pela lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto em caso de: (i) alienação ou permuta de bens, quando realizada com a finalidade única e exclusiva de substituição do referido bem ou no caso de obsolescência do referido bem para o curso regular dos negócios; (ii) alienações em razão da renovação da Concessão, desde que não impacte negativamente o EBITDA da Emissora; ou (iii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário
- (ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previsto no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(c) Debêntures 10^a Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos não-circulantes que representem valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) dos ativos não-circulantes, em relação às demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida pela lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto em caso de: (i) alienação ou permuta de bens, quando realizada com a finalidade única e exclusiva de substituição do referido bem ou no caso de obsolescência do referido bem para o curso regular dos negócios; (ii) alienações em razão da renovação da Concessão, desde que não impacte negativamente o EBITDA da Emissora; ou (iii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário;

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previsto no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Os diretores informam que no exercício social encerrado em 2022, a Companhia cumpriu os *covenants* financeiros e as demais restrições estabelecidas pelos credores.

Além das restrições acima, a 7ª emissão de debêntures da Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado automático relacionadas ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia em 2 ou mais *notches* em relação ao *rating* na data de emissão das debêntures. As debêntures da 9ª e 10ª emissões não possuem cláusula de vencimento antecipado automático relacionado ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia. A diretoria informa, ainda, que não houve eventos de vencimento antecipado de suas dívidas no exercício social encerrado em dezembro de 2022.

A seguir, apresentamos os contratos de empréstimo e financiamento relevantes que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado ("cross-default") e seus respectivos valores, bem como o percentual do seu endividamento financeiro que está sujeito a tal cláusula:

Dívida	Saldo (R\$ milhões)	% Total
9ª Emissão Debêntures	750,6	17%
10 ^a Emissão Debêntures	1.551,7	36%
Nota Promissória	578,17	13%
Bilaterais MUFG	218,8	5%
Demais	1.236,7	29%
Total	4.336,0	100%

A Companhia não possui sociedades controladas ou sob controle comum.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A tabela a seguir mostra os financiamentos contratados e parcialmente utilizados no exercício social de 2022:

				R\$ milhões		
Dezembro 2022						
Credor	Valor Contratado	Valor Tomado	Saldo Utilizado	Valor Disponível		
BNDES Direto	689,2	-	-	689,2		
BNDES Indireto	-	-	-	0,0		
Total	689,2	-	-	689,2		

Segundo os diretores, os contratos acima possuem prazos longos de pagamento e têm como finalidade o financiamento de material rodante, obras civis e tecnologia para material rodante.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As tabelas abaixo apresentam a demonstração do resultado do exercício e o fluxo de caixa do último exercício social, com suas respectivas análises verticais e horizontais. A seguir, a Companhia destaca as principais variações ocorridas nos referidos documentos:

MRS LOGÍSTICA S.A.							
COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇ	ÕES DE RESUL	TADOS PARA C	S EXERCÍCIO	S DE 2021 E 202	22		
(Em milhões de reais)							
	2021	% Vertical	2022	% Vertical	% Horizontal 2021/2022		
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	4.427,4	100,0%	5.592,1	100,0%	26,3%		
Custo dos serviços prestados	(2.911,3)	-65,8%	(3.475,3)	-62,1%	19,4%		
LUCRO BRUTO	1.516,1	34,2%	2.116,8	37,9%	39,6%		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Despesas com vendas	(16,1)	-0,4%	(15,4)	-0,3%	-4,1%		
Despesas gerais e administrativas	(298,3)	-6,7%	(341,5)	-6,1%	14,5%		
Outras receitas/(despesas) operacionais	207,4	4,7%	30,3	0,5%	-85,4%		
LUCRO OPERACIONAL	1.409,2	31,8%	1.790,2	32,0%	27,0%		
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas financeiras	389,4	8,8%	505,7	9,0%	29,9%		
Despesas financeiras	(752,7)	-17,0%	(1.066,9)	-19,1%	41,7%		
	(363,2)	-8,2%	(561,2)	-10,0%	54,5%		
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.045,9	23,6%	1.229,0	22,0%	17,5%		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Corrente	(357,4)	-8,1%	(373,9)	-6,7%	4,6%		
Diferido	11,1	0,3%	19,1	0,3%	72,3%		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	699,6	15,8%	874,2	15,6%	25,0%		

MRS LOGÍSTICA S.A.
COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2022

(Em milhões de reais)					
	2021	% Vertical	2022	% Vertical	% Horizontal 2021/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Lucro Líquido antes do IR e CSLL	1.045,9	166,0%	1.229,0	-126,7%	17,5%
Resultado na alienação do imobilizado e intangível	(1,6)	-0,3%	(0,2)	0,0%	-90,2%
Depreciação e Amortização	1.056,7	167,7%	1.054,7	-108,8%	-0,2%
Variação monetária/cambial e encargos financeiros	603,0	95,7%	742,5	-76,6%	23,1%
Valor Residual do Imobilizado/ Invest. Perm. Baixado	40,6	6,4%	30,1	-3,1%	-25,7%
Provisão (Reversão)	(28,6)	-4,5%	(3,4)	0,4%	-88,0%
Amortização Despesa Antecipada	23,0	3,6%	31,6	-3,3%	37,7%
Provisão p/ Baixa de Ativos Provisão Perdas e créditos de Liquidação Duvidosa	75,3 1,5	11,9% 0,2%	(2,3) (0,3)	0,2% 0,0%	-103,1% -123,5%
Provisão de créditos tributários	(338,0)	-53,6%	(18,1)	1,9%	-94,6%
PIS e COFINS diferido	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Tributos diferidos	7,1	1,1%	0,9	-0,1%	-86,7%
Outros	0,4	0,1%	0,2	0,0%	-41,2%
	2.485,3	394,4%	3.064,7	-316,0%	23,3%
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(= =\		<i>()</i>		
Contas a Receber	(8,3)	-1,3%	(6,6)	0,7%	-20,4%
Estoques Impostos a Recuperar	(73,2) (149,5)	-11,6% -23,7%	(15,7) (124,4)	1,6% 12,8%	-78,5% -16,8%
Despesas Antecipadas	(39,5)	-6,3%	(47,0)	4,8%	18,8%
Adiantamentos	(16,7)	-2,7%	14,5	-1,5%	-186,8%
Outros Ativos	11,3	1,8%	2,0	-0,2%	-82,7%
Caixa Restrito	-	0,0%	(1,1)	0,1%	100,0%
(Aumento) redução nos passivos operacionais		_		_	
Concessão a Pagar	0,9	0,1%	(8,4)	0,9%	-1001,2%
Fornecedores Obside a Financia	36,5	5,8%	(65,3)	6,7%	-278,9%
Obrigações Fiscais Obrigações Sociais e Trabalhistas	(3,9) 44,3	-0,6% 7,0%	(16,7) 38,3	1,7% -3,9%	324,8% -13,6%
Provisões/Reversões	0,9	0,1%	(0,6)	0,1%	-169,1%
Adiantamento de clientes	3,9	0,6%	(2,3)	0,2%	-158,5%
Aplicações Financeiras	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras Obrigações	(43,0)	-6,8%	(106,3)	11,0%	147,1%
Caixa gerado pelas operações	2.248,9	356,9%	2.725,1	-281,0%	21,2%
Pagamento de tributos sobre o lucro	(371,9)	-59,0%	(385,8)	39,8%	3,7%
Pagamento juros sobre empréstimos e financiamentos	(60,2)	-9,6%	(48,0)	4,9%	-20,4%
Pagamento de juros sobre direito de uso	(159,8)	-25,4%	(196,3)	20,2%	22,8%
Pagamento Juros Debêntures	(86,0)	-13,7%	(222,9)	23,0%	159,1%
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.570,9	249,3%	1.872,2	-193,1%	19,2%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições de Imobilizado	(1.472,7)	-233,7%	(1.762,2)	181,7%	19,7%
Adições de Intangível	(45,3)	-7,2%	(76,4)	7,9%	68,7%
Recursos provenientes da alienação de bens do Imobilizado/Intangível	2,6	0,4%	0,4	0,0%	-82,7%
Caixa líquido atividades de investimento	(1.515,4)	-240,5%	(1.838,2)	189,6%	21,3%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação Empréstimos e Financiamentos	561,9	89,2%	618,1	-63,7%	10,0%
Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos	(619,9)	-98,4%	(482,8)	49,8%	-22,1%
Adição de Debêntures	1.500,0	238,0%	-	0,0%	-100,0%
Pagamento de Debêntures	(429,4)	-68,1%	(421,6)	43,5%	-1,8%
Pagamentos Arrendamento Mercantil	(335,9)	-53,3%	(551,3)	56,9%	64,2%
Dividendos Pagos	(102,1)	-16,2%	(166,2)	17,1%	62,7%
Caixa gerado pelas operações de financiamento	574,7	91,2%	(1.003,8)	103,5%	-274,7%
				400.00/	-253,9%
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	630,1	100,0%	(969,7)	100,0%	-233,976
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes		100,0%	(969,7)	100,0%	-200,976
	1.206,5 1.836,6	100,0%	(969,7) 1.836,6 866,9	100,0%	52,2% -52,8%

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social de 2022 versus 2021

Receita líquida de serviços

A diretoria informa que, em 2022, a receita líquida da Companhia teve um aumento de R\$1.164,7 milhões em relação a 2021. Esse acréscimo foi motivado, principalmente, pela continuidade da alta demanda por minério de ferro no mercado externo, maior disponibilidade de minério para compras no mercado interno.

Custo dos serviços prestados

O aumento de R\$564,0 milhões em 2022 comparando-se a 2021 no custo dos serviços prestados, segundo a diretoria devese, principalmente, ao acréscimo do preço médio do combustível em função da pressão inflacionária e das oscilações do mercado de *commodities* globais.

Lucro bruto

O lucro bruto é o resultado da receita líquida menos os custos dos serviços prestados. Em 2022 a administração da Companhia informa que apesar do aumento de 19,4% nos custos dos serviços, o crescimento da receita de serviços superou em 26,3% com relação ao exercício de 2021. Isso fez com que o lucro bruto ficasse R\$600,7 milhões melhor do que em 2021, representando um crescimento de 39,6%.

Despesas Gerais e Administrativas

A diretoria informa que o aumento de 14,5% deve-se, principalmente, ao aumento dos gastos com serviços prestados por terceiros.

Outras receitas/despesas operacionais

Os valores reportados na rubrica "Outras receitas/despesas operacionais" é o resultado da equação de receitas menos despesas operacionais. Em 2022, os diretores verificaram uma redução de 85,4% em comparação a 2021, pois no exercício de 2021 foi contabilizado o reconhecimento dos Créditos Tributários de Pis e Cofins, em decorrência da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 13 de maio de 2021, em julgamento com repercussão geral, de que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para esses tributos e tendo em vista que a ação ajuizada pela MRS para discussão dessa tese tem data anterior a março de 2017.

Lucro operacional

O resultado dos crescimentos expostos nos itens anteriores, conforme explicado pela diretoria reflete em um aumento de 27,0% no lucro operacional da Companhia.

Receitas/Despesas financeiras

A diretoria informa que o aumento de 54,5% ou R\$198,0 milhões no resultado financeiro líquido ocorreu devido ao maior saldo de dívida e deterioração de indexadores.

Lucro líquido do exercício

A diretoria comunica que o lucro líquido de 2022 foi de R\$ 874,2 milhões, 25,0% superior ao registrado no ano anterior devido ao aumento do faturamento e boa gestão de custos.

Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa de 2022 versus 2021

Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa

A diretoria comunica que houve uma redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa no ano de 2022 no valor de R\$969,7 milhões devido, principalmente, ao menor volume de captações apresentados nas atividades de financiamento em comparação ao registrado no período anterior.

Ajustes do Lucro Líquido que não geram caixa

O lucro líquido antes das deduções do IR e CSLL foi maior em 2022 por conta dos fatores já mencionados na análise da demonstração do resultado.

Em relação aos ajustes no lucro líquido que não geram efeito caixa, decorrentes de provisões, depreciação, dentre outros, no valor total de R\$1.835,8 milhões em 2022 e R\$1.439,4 milhões em 2021 (variação de R\$396,4 milhões), a diretoria informa que o principal motivo da variação refere-se à provisão de R\$338,0 milhões dos créditos tributários de PIS e COFINS, contabilizadas a crédito no resultado de 2021 e ajustados na elaboração do fluxo de caixa.

Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Houve um aumento de 19,2% no fluxo de caixa das atividades operacionais em 2022 superior ao registrado no ano anterior devido aos seguintes fatores:

- Estoques / Fornecedores

A variação de 78,5% em 2022 com relação a 2021 nos estoques foi reflexo de que em 2021 houve um forte aumento de preços do mercado de aço, importados e eletrônicos, aliado às estratégias da Companhia ao enfrentamento da pandemia, realizando compras antecipadas para suportar a manutenção e mitigando riscos de falta de materiais. Este efeito também se refletiu em fornecedores, provocando uma redução de 278,8% em 2022 com relação a 2021.

- Pagamento Juros Debêntures

O aumento de 159,1% em 2022 em pagamento de juros das debêntures foi reflexo da captação de R\$1,5 bilhão em 2021, o que aumentou os pagamentos de juros com debêntures.

PÁGINA: 10 de 39

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

A diretoria comunica que houve um aumento de 21,3% no fluxo de caixa das atividades de investimento em 2022 devido ao aumento de 19,7% nas adições de imobilizado, percentual superior ao registrado no ano anterior em razão dos investimentos em locomotivas e vagões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

A diretoria comunica que houve uma redução de 274,7% no fluxo de caixa das atividades de financiamento em 2022, percentual inferior ao registrado no ano anterior devido aos seguintes fatores:

- Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos

Houve redução de 22,1% nos pagamentos empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos, que foi inferior ao registrado no ano anterior devido à liquidação de empréstimos com juros mais elevados em 2021 com a captação das debêntures.

Adição de Debêntures

Em 2021, a Companhia realizou sua 10ª emissão de debêntures simples, totalizando uma captação no montante de R\$1,5 bilhões.

- Pagamentos Arrendamento Mercantil

Houve aumento de 64,2% nos pagamentos de arrendamento mercantil em relação ao ano anterior devido ao desembolso adicional de uma parcela do contrato de arrendamento e concessão decorrente da renovação da concessão.

- Dividendos Pagos

Em 2022 foram pagos R\$ 166,2 milhões de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2021.

PÁGINA: 11 de 39

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Os diretores devem comentar:

- a) resultados das operações do emissor, em especial:
- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores informam que a receita da Companhia advém, prioritariamente, no último exercício social, da prestação do serviço de transporte ferroviário de carga que é composto basicamente por: (i) frete; (ii) partilha de frete; e (iii) receitas acessórias vinculadas ao frete tais como manobra, descarga, transbordo, entre outras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Segundo os diretores, o resultado da Companhia foi impactado pelos seguintes eventos ocorridos no último exercício social:

Receita Líquida:

A receita líquida aumentou 26,3% em 2022 em relação a 2021. Esse acréscimo foi motivado pela continuidade da alta demanda por minério de ferro no mercado externo, maior disponibilidade de minério para compras no mercado interno e ao contínuo aumento do preço da commodity no mercado internacional.

Exercício de Cláusula de Garantia de Receitas e Volumes Anuais:

Durante o ano de 2022, houve o recebimento no valor de R\$229,7 milhões referente a mecanismos de proteção registrados na receita. As receitas decorrentes dos mecanismos de proteção de receita são registradas contabilmente em "Outras receitas operacionais".

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os diretores informam que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve variação extraordinária na receita bruta.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os diretores confirmam que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não sofreu impactos extraordinários causados pelos itens mencionados acima.

PÁGINA: 12 de 39

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em 2022, a Companhia não alterou nenhuma prática contábil em relação às práticas adotadas em exercícios anteriores.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no Relatório do Auditor Independente

As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 16 de março de 2023, sem ressalvas e sem ênfases.

A diretoria entende que não existem aspectos relevantes que mereçam comentários adicionais.

PÁGINA: 13 de 39

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- 2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:
- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores informam que no exercício social encerrado em dezembro de 2022 não houve introdução de segmento operacional na Companhia. Conforme informado no item 1.3, b), a MRS possui o transporte de carga como único segmento operacional e não ocorreram alterações nesse segmento.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Desde sua constituição, em 30 de agosto de 1996, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Informamos que no último exercício social não ocorreram eventos ou operações não usuais.

PÁGINA: 14 de 39

2.5 Medições não contábeis

2.4 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

O EBITDA, ou LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é calculado adicionando-se ao lucro líquido os tributos sobre o lucro, as despesas financeiras líquidas (receitas financeiras subtraídas das despesas financeiras), a depreciação e a amortização. O EBITDA não é uma medida de acordo com princípios e práticas contábeis adotados no Brasil ("BR GAAP"), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez.

a. informar o valor das medições não contábeis

Em 2022, o EBITDA apresentou crescimento de 15,4% frente ao ano de 2021, perfazendo o total de R\$ 2.844,9 milhões, aumento de R\$ 379,0 milhões.

b. conciliar os valores divulgados com os valores das demonstrações financeiras auditadas

Valores em R\$ milhões	Exercício encerrado em
valores en ca minoes	31/12/2022
(=) Lucro Líquido	874,2
(+) Tributos sobre o Lucro	354,8
(+) Depreciação	1.054,6
(+) Despeas Financeiras	1.066,9
(-) Receitas Financeiras	505,6
(=) EBITDA	2.844,9

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é uma medida equivalente ao conceito econômico de Geração Operacional de Caixa (GOC). Desta forma, é importante como forma de medir a capacidade de pagamento da Companhia. Ele representa os recursos gerados pela Companhia para: (i) realizar os investimentos; (ii) pagar impostos; (iii) cumprir com os encargos da dívida; (iv) gerar reservas; e (v) remunerar os acionistas.

O EBITDA é uma medida econômica amplamente utilizada pelo mercado financeiro como um indicador da capacidade da Companhia gerar resultado através da sua operação.

PÁGINA: 15 de 39

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Identificar e comentar evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

No exercício de 2022, não houve eventos subsequentes que alterassem as demonstrações contábeis da Companhia.

PÁGINA: 16 de 39

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

A tabela, abaixo, consolida resumidamente a política de destinação dos resultados da MRS do exercício de 2022, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2023:

Destinação dos Resultados Sociais	Ano 2022
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") poderão deliberar e reter parcela do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia estabelece: (i) que 5% do lucro líquido da Companhia será destinado para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos; (ii) sobre a destinação do saldo remanescente. A Companhia não possui previsão estatutária de retenção de lucro, com exceção da constituição de reserva legal e reservas previstas em lei.
a.i. Valores das Retenções de Lucros (em milhões de reais)	Reserva Legal: R\$ 43,7 milhões Retenção com base em orçamento de capital no valor de R\$ 622,8 milhões
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	A distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício. As ações preferenciais classe A e B terão direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, de acordo com os parágrafos 2° e 3° do Artigo 5° do Estatuto Social da Companhia.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de lucro líquido é realizada uma vez ao ano, de acordo com a regra da Lei das Sociedades por Ações. Entretanto, nos termos do art. 25, §1° do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros apurados por meio de levantamento de balanços trimestrais ou em períodos menores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	
formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor	A Política de Destinação de Resultados vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração da MRS Logística em reunião realizada no dia 18 de agosto de 2020 e o documento completo pode ser consultado no site de relações com investidores da MRS em https://mz-prod-cvm.s3.amazonaws.com/17949/IPE/2020/a7cb7d05-3101-44eb-9acd-112ba3692026/20200826204833694796 17949 787586.pdf ou site

PÁGINA: 17 de 39

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- 2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:
- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheetitems), tais como:
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. contratos de construção não terminada
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores informam que não há itens relevantes, sejam ativos ou passivos, detidos pela Companhia, que não estejam evidenciados nas demonstrações contábeis.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores informam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

PÁGINA: 18 de 39

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- 2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:
 - a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
 - b. natureza e o propósito da operação
 - c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os diretores confirmam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

PÁGINA: 19 de 39

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

De acordo com os diretores, o Plano de Negócios da Companhia é atualizado anualmente e neste momento são avaliados os cenários macroeconômicos e políticos que afetam o negócio da Companhia e são definidas as principais premissas que nortearão a definição das estratégias para as projeções de demanda, custos, resultados e investimentos.

Este Plano de Negócios contém: (i) uma projeção de longo prazo para um período de cinco anos; e (ii) um plano plurianual de investimentos, sendo o primeiro ano detalhado no orçamento anual.

Os diretores informam, ainda, que os principais indicadores da Companhia são monitorados na gestão estratégica dos administradores, bem como desdobrados em metas individuais para os gestores da Companhia.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segundo a diretoria, foi investido pela MRS, em 2022, R\$ 2.096,3 milhões. A assinatura do contrato da renovação da concessão, marca uma mudança de característica no portfólio de investimentos, uma vez que foram assumidos investimentos principalmente relacionados à expansão do negócio e à mobilidade urbana.

Desta forma, neste ano, houve avanço na maturidade destas iniciativas, com o desenvolvimento de projetos de engenharia e início de obras que visam atender aos requisitos obrigatórios da renovação. Além disso foi dada continuidade na estratégia utilizada nos últimos anos, com foco na manutenção do negócio, expansão de capacidade de transporte de carga geral, investimentos ligados à sustentabilidade e a eficiência da Companhia.

Na tabela a seguir estão demonstrados os investimentos totais realizados nos últimos três exercícios sociais, assim como a previsão de gastos em 2023:

Investimentos (valores em R\$ MM)	2020	2021	2022	OR 2023
Material rodante ¹	253,5	1.074,6	1.223,1	700,2
Via permanente ²	433,0	564,4	688,7	1.390,2
Sistemas de eletroeletrônica	15,8	24,2	17,9	17,5
Programas SMS	16,1	25,9	35,9	67,9
Diversos	66,7	72,7	130,8	132,7
Total	785,0	1.761,8	2.096,3	2.308,6

¹ Aquisição e modernização de material rodante

Os principais investimentos realizados em 2022:

✓ <u>Material rodante</u>: Avanço na aquisição de vagões GDT (1.331 vagões), PCT (23 vagões) e 1 vagão protótipo dos modelos HAT e HTT. Na frente de locomotivas, foram adquiridas 50 locomotivas AC44, 3 locomotivas ES44, 7 locomotivas SD70 e 1 locomotiva SD80 para atendimento ao volume projetado. Além destas frentes de aquisição, foram continuadas as adequações em vagões HAT para aumento do volume por vagão (148 vagões adaptados).

² Investimentos em expansão, confiabilidade de infraestrutura e modernização

2.10 Planos de negócios

- ✓ Expansões da via permanente e pátios: foco em projetos que suportam a carga geral, com a conclusão da obra de expansão do Pátio de Santos Integrado e continuidade da recapacitação da via permanente no trecho Itirapina-Pederneiras, o que permitiu o aumento de velocidade do trem para 40km/h no local. Além disso, foram direcionados esforços no desenvolvimento da maturidade de projetos que serão iniciados nos próximos anos em função dos investimentos obrigatórios.
- ✓ <u>Modernização de Ativos</u>: mantida a estratégia de realização de intervenções em locomotivas, vagões, e na malha ferroviária, visando aumentar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, permitindo melhorar a eficiência, segurança e otimização das operações ferroviárias. Para apoiar a estratégia destas intervenções, foi iniciada a obra da Oficina de Equipamentos de Via no pátio do P1-07. Além disso, foram desenvolvidos projetos de eletroeletrônica que visam sinalizar e automatizar as linhas ao longo da ferrovia.
- ✓ Confiabilidade de infraestrutura: são projetos de investimentos que visam minimizar os riscos associados à confiabilidade da via permanente, pois atuam de forma preventiva em locais previamente identificados. Em 2022, foi mantido o plano preventivo de intervenções ao longo da via, com execução de 36 obras de contenção, 11 intervenções/substituições de pontes, uma intervenção em viaduto e uma obra em túnel, visando minimizar os riscos associados à confiabilidade do trecho.
- ✓ <u>Projetos tecnológicos:</u> destaca-se a conclusão da fase de fundação do projeto de implantação do novo sistema ERP (SAP), continuação do desenvolvimento de sistemas de TI com foco nos processos da operação da Companhia e ampliação na abrangência da utilização de controles remotos para manobra de locomotivas em pátios. Além disso, destaca-se a continuidade do projeto que visa avaliar as possibilidades e impactos com a ampliação do tamanho do trem, e a criação de uma ferramenta única de comunicação junto ao cliente.
- ii. fontes de financiamento dos investimentos

De acordo com os diretores, a Companhia organiza suas fontes de recursos equilibrando as proporções de próprio e de terceiros. As principais fontes de financiamento dos investimentos utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras públicas e privadas, as operações no mercado de capitais, bem como a geração de caixa do exercício.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Segundo os diretores, no último exercício social não houve desinvestimentos e não há desinvestimentos previstos para o exercício social de 2023.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme indicado no item 2.10.a, a MRS informa que foram adquiridos vagões e locomotivas que contribuem para a otimização da produção da Companhia. Além disso, em 2022, começaram a ser entregues equipamentos de via de grande porte que serão utilizados nas estratégias das intervenções na malha nos próximos anos, visando a confiabilidade e segurança da operação ferroviária.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Em 27 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração do Estatuto Social para a inclusão das seguintes atividades que podem ser realizadas pela MRS:

2.10 Planos de negócios

(i) prestar serviço de operação ferroviária em terminais de terceiros;
 (ii) prestar serviço de consultoria técnica em temas ferroviários e a venda de materiais de reemprego e do estoque;
 (iii) alienação de novas tecnologias desenvolvidas pela Companhia.

Contudo, até a data de apresentação deste documento, não houve faturamento com a introdução de tais novos produtos ou serviços pela Companhia.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
 Não aplicável.
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Uma oportunidade relacionada a questões ASG está na melhoria da eficiência do consumo de combustível, mapeada através do indicador de Eficiência Energética (litros por mil TKB). A Companhia prevê a modernização da frota de locomotivas, com máquinas mais produtivas sendo incorporadas ao parque de ativos, melhorando a Eficiência Energética e reduzindo impactos ambientais gerados pela atividade inerente ao transporte ferroviário.

Ciente da importância dos critérios socioambientais, a Companhia também observa como oportunidade as alternativas no mercado financeiro para captação de recursos com vínculos ASG. Essa oportunidade de captação foi mapeada, mas sua concretização depende das condições de mercado.

Seguindo o contexto mercadológico, há oportunidades de negócios relacionadas ao impacto positivo em sua cadeia de fornecedores e clientes.

A Companhia possui, ainda, metas que são relacionadas a diferentes questões ASG e compõem a remuneração variável da liderança.

PÁGINA: 22 de 39

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

- 5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:
- I) Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos
- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 16 de setembro de 2020, foi aprovada e publicada a Política de Gerenciamento de Riscos "POL-MRS-0011/00.00", devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes para o gerenciamento de riscos (abrangência, referências, definições e responsabilidades) e mecanismos de tratamento, para impedir ou mitigar a consumação dos riscos que possam impactar os Objetivos Estratégicos da MRS. Em 2022 a MRS atualizou seu referencial estratégico definindo crenças e princípios, por exemplo. Nesse contexto o propósito ficou definido como: Criar e operar soluções de logística integrada cada vez mais competitivas e confiáveis, gerando resultados e bem-estar para a sociedade.

A Companhia também possui Código de Conduta Ética, atualizado em dezembro de 2021 para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade implementado pela Companhia. O Código de Conduta Ética tem como objetivo primordial a definição e a formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS. Esses princípios têm a função de orientar o comportamento dos públicos interno e externo (agentes públicos e empresas privadas), a fim de minimizar a subjetividade das interpretações pessoais, no âmbito de sua atuação, sobre princípios morais e éticos, os conflitos éticos, assim como, reforçar a conduta ética esperada.

O Código de Ética se aplica a todos os colaboradores da MRS, independentemente de seu nível hierárquico, incluindo estagiários e terceiros, e a todos os relacionamentos estabelecidos ou por estabelecer com Acionistas, Clientes, Fornecedores, Sindicatos, Comunidades, Governo, Sociedade e Meios de Comunicação.

E em dezembro de 2020 e 2021, as Políticas relacionadas ao Código de Conduta Ética foram atualizadas:

- (i) Em dezembro/2021:
- Relacionamento com os Órgãos Públicos e Anticorrupção;
- Conflito de Interesses;
- Saúde, Meio Ambiente e Segurança;
- Presentes e Brindes.
- (ii) Em dezembro/2020:
- Patrocínios e Doações.

Além das Políticas citadas, em dezembro de 2021, ocorreu a atualização do Código de Conduta Ética para Terceiros, que se destina à formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS a serem observados por clientes, fornecedores, parceiros comerciais e quaisquer outros terceiros que se relacionem com a MRS.

O Código de Ética e demais documentos relacionados podem ser acessados na página da Companhia, https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/.

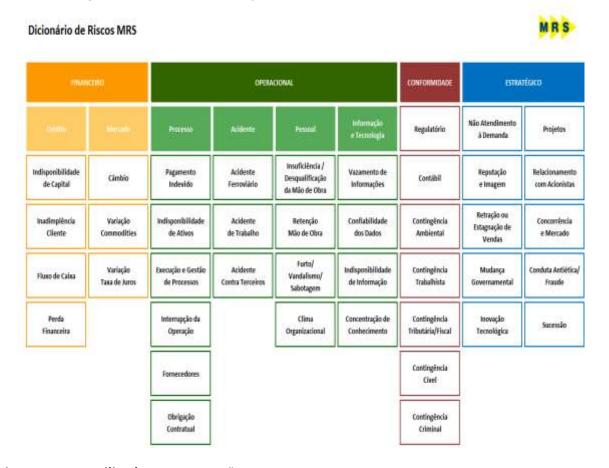
A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Financeiros que tem por objetivo reger, monitorar e estabelecer a governança das atividades de riscos financeiros, limitando os impactos adversos causados por instrumentos financeiros ao lucro líquido e ao fluxo de caixa da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros é revista e aprovada anualmente, em março, pelo Conselho de Administração, que supervisiona a gestão de riscos, contando com o suporte do Comitê Financeiro que presta assessoria tanto em riscos financeiros quanto na estruturação, propriamente dita, de governança em riscos financeiros. O Comitê Financeiro revisa e estabelece práticas para gestão de riscos, com o principal objetivo de reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa estimado.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Como parte da metodologia de Gestão de Riscos Corporativos, é utilizado o dicionário de riscos demonstrado a seguir:



ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A MRS mantém, desde 2016, procedimentos internos de levantamento de riscos corporativos, elaborados pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

A Companhia mantém um dicionário de riscos, divididos nos aspectos: financeiro, operacional, conformidade e estratégico. Com base nisso, anualmente são identificados os riscos a que a Companhia está exposta e as formas de mitigação. Esses riscos deverão ser discutidos com Gerência, Diretoria e Presidência e os resultados, submetidos para análise do Conselho de Administração.

Os riscos detectados são tratados pelas áreas responsáveis por intermédio de planos de ação, com acompanhamento da Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos. Em 2020, foi desenvolvida uma nova metodologia, com foco nos riscos corporativos mais relevantes para atingimento dos objetivos estratégicos da MRS e seu resultado apresentado ao Conselho de Administração no final de tal ano.

Em 2022, foi definida a criação de nova estrutura de segunda linha de gestão de riscos, e contratada consultoria para revisar a metodologia e ferramentas existentes para suportar a nova área. O projeto foi dividido em 3 fases, tendo a primeira e segunda fases sido entregues até o final de 2022, e a terceira e última fase em março de 2023.

Para 2023 está prevista a implantação do Comitê de Riscos que definirá o foco de atuação para a segunda linha de defesa, a qual iniciará suas atividades de levantamento do risco inerente e residual dos riscos selecionados.

Riscos de Mercado:

A Companhia adota mecanismos de proteção para os riscos de mercado. Para os riscos de taxa de câmbio busca-se a redução dos impactos no resultado econômico e fluxo de caixa oriundos de variação da cotação das moedas estrangeiras. São contratadas operações de Swap para proteger o passivo da Companhia em moeda estrangeira. Adicionalmente, desde 2016, a Companhia passou a adotar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), visando a redução da volatilidade de resultados causada pela variação da marcação a mercado de swaps.

Para minimizar o risco de liquidez, a Companhia procura manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, além de conservar parte das aplicações com liquidez diária. A definição do patamar mínimo de caixa considera possíveis choques de curto prazo na geração operacional e o processo de captação de recursos (incluindo cenários de escassez de crédito). Existem critérios para aplicações dos recursos, como a classificação de risco das instituições financeiras.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

iii.a. Indicando os órgãos da administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas envolvidas

Estão envolvidos no processo de gestão de riscos o Conselho de Administração, a Diretoria executiva, o Proprietário do Risco¹, a Auditoria Interna, o Comitê Financeiro, o Comitê Estratégico e o Comitê de Sustentabilidade.

A Auditoria Interna da MRS foi a primeira do gênero em ferrovias sul-americanas a receber a certificação de qualidade do IIA Global, principal entidade do segmento, que avalia a consistência e a qualidade dos processos de Auditoria Interna, atestando que a atividade está alinhada com as regras internacionais e melhores prática mundiais de Auditoria Interna. O Plano Anual de Auditoria Interna leva em consideração análise específica dos riscos dos processos existentes.

iii.b. Discriminando as responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas, e de seus membros, no controle de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração:

- Avaliar e aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da MRS e suas alterações;
- Conscientizar a administração executiva sobre a importância do gerenciamento de riscos e do ambiente de controle, supervisionando as suas ações.

A Diretoria Executiva:

¹ Conforme POL-MRS-0011 (Política de Gerenciamento de Riscos), "O Proprietário do Risco são os responsáveis diretos pelo gerenciamento dos riscos associados as suas operações, bem como pela execução dos controles e implementação das medidas preventivas e/ou corretivas para o devido tratamento dos riscos".

- Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como prover, mediante deliberação sob sua alçada, os recursos necessários para a mitigação ou redução dos riscos classificados como altos;
- Gerenciar os riscos inerentes às respectivas atividades (eliminar, reduzir, transferir ou aceitar);
- Definir e acompanhar os planos de ação para gerenciamento da exposição ao risco, assim como definir responsável e data de implantação dos Planos de Ação;
- Participar da elaboração do Plano de Anual de Auditoria de Riscos Corporativos;
- Conscientizar os gestores sobre a importância do gerenciamento de riscos.

O Proprietário do Risco:

- Identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os eventos de risco que podem influenciar no cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia;
- Manter um efetivo ambiente de controle, por meio de abordagens preventivas e detectivas, em relação às atividades desenvolvidas internamente e às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; e em relação aos seus sistemas de informações;
- Fornecer para a Auditoria Interna informações precisas, íntegras e suficientes para a realização do trabalho de Auditoria de Riscos Corporativos;
- Disponibilizar colaboradores capacitados para atuarem como Pontos Focais de Riscos. Eles serão responsáveis pelo levantamento, consolidação e envio de informações para a realização do trabalho de Auditoria de Riscos Corporativos e, também, atuarão como disseminadores da cultura de gestão de riscos entre os demais colaboradores;
- Propor limites para exposição aos Riscos sob a sua responsabilidade, observando as análises mencionadas nas 'estratégias de resposta ao risco' no item 4 desta Política;
- Sugerir, avaliar, implantar e monitorar planos de ação com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade, quando aplicável;
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nas alçadas apropriadas;
- Tem o dever de parar imediatamente a operação do(s) ativo(s) no(s) caso(s) de desvios críticos ou nos casos de indisponibilidade, parcial ou total, dos elementos críticos de controle que desloquem de forma considerável o nível de risco;
- Conscientizar os colaboradores sobre a importância do gerenciamento de riscos.

A Auditoria Interna:

Em fase de implantação de nova estrutura de gestão de riscos e revisão de metodologia, a ser aplicada em 2023.

O Comitê Financeiro:

• Assessorar o Conselho de Administração em todas as matérias de risco financeiro, conforme as atribuições definidas na Política de Gestão de Riscos Financeiros.

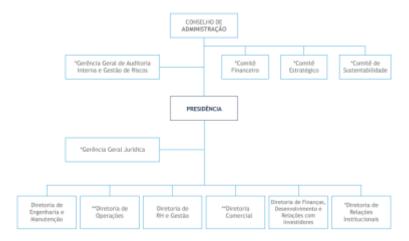
O Comitê Estratégico

• Analisar temas estratégicos para a Companhia, e analisarem detalhes os temas que impactam o direcionamento de médio e longo prazo da companhia.

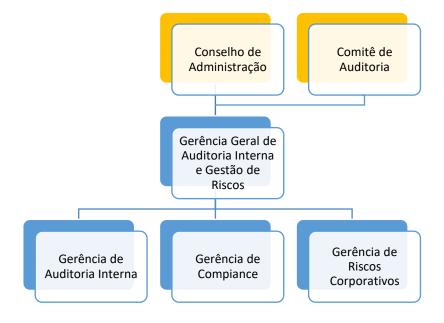
O Comitê de Sustentabilidade

Assessorar o Conselho de Administração na análise do trabalho de Auditoria de Risco Corporativo.

iii.c. Indicando a estrutura hierárquica desses órgãos.



Gerência Geral de Auditoria Interna:



 A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos para a verificação da Política e dos de Riscos Corporativos está adequada.

II) <u>Programas de Gerenciamento de Riscos Ambientais</u>

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A MRS possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, já descrita acima, que inclui riscos ambientais, e ainda possui programas que objetivam a prevenção e controle de riscos ambientais, mitigação de impactos negativos, além de

respostas a emergências, que são anualmente auditados pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, área que está diretamente subordinada ao Conselho de Administração.

Frequentemente, a MRS realiza Simulados de Emergências Ambientais cujo objetivo é testar a resposta à emergência da Companhia. Nesses eventos em que são simuladas situações de emergência ambiental, a Gerência Geral de Meio Ambiente e Políticas Sociais observa o nível de treinamento da equipe, a disponibilidade de recursos para o atendimento, o tempo de resposta, levantando, então, os pontos de melhoria que são repassados às equipes envolvidas, visando a melhoria contínua dos processos ambientais da Companhia.

A MRS desenvolve, no âmbito do seu licenciamento ambiental, os seguintes programas, a fim de garantir conformidade no licenciamento e qualidade na performance ambiental da empresa, mitigando riscos:

- Gerenciamento de Estudo de Avaliação de Riscos, Programa de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência
- Gerenciamento de Mitigação de Impactos Socioambientais, compreendido no Subprograma de Educação Ambiental e no Subprograma de Comunicação Social
- Gerenciamento da Qualidade do Ar
- Gerenciamento de Processos Erosivos
- Gerenciamento de Ruídos
- Gerenciamento de Manejo de Flora
- Gerenciamento de Atropelamento de Fauna
- Gerenciamento de Resíduos
- Gerenciamento de Efluentes
- Gerenciamento do Diagnóstico, Monitoramento e Regularização da Faixa de Domínio
- Gerenciamento de Conformidade Legal
- Gerenciamento Ambiental de Obras
- Gerenciamento de Passivos Ambientais, contemplando áreas contaminadas e áreas degradadas
- Gerenciamento de Recursos Hídricos
- Gerenciamento do Licenciamento Ambiental
- Gerenciamento de Gases do Efeito Estufa
- Gerenciamento de Riscos e Oportunidades Climáticas

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A MRS desenvolve seus programas de gestão ambiental assumindo o compromisso de conduzir suas atividades assegurando o cumprimento da legislação ambiental vigente, das normas aplicáveis e aos demais requisitos por ela subscritos (tais como condicionantes das licenças e autorizações ambientais, acordos com autoridades públicas, clientes, grupos comunitários, organizações não governamentais, princípios voluntários ou código de prática), de modo a conservar o meio ambiente minimizando e mitigando os impactos ambientais negativos advindos da operação ferroviária.

Estes requisitos são identificados pela Companhia de acordo com os aspectos ambientais mapeados em seus processos e validados pelo órgão ambiental licenciador, IBAMA, por meio das Licenças de Operação emitidas. Este compromisso é cumprido pelo relacionamento estreito e de forma contínua com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, órgãos ambientais e comunidades sob a influência de sua malha ferroviária através de procedimentos e controles bem definidos que são repassados aos colaboradores através de treinamentos e processos de auditorias e inspeções internas.

A Companhia busca, por meio, dos seus programas ambientais a proteção para os seguintes riscos:

- Acidentes com impacto ambiental negativo;
- Contaminação ambiental de qualquer natureza alinhado às atividades da empresa;
- Impacto negativo às comunidades influenciadas pela nossa malha;
- Impactos negativos à imagem da companhia por conta de irregularidades ou de acidentes ambientais; e
- Comprometimento das relações da Companhia com órgãos ambientais, prefeituras, governos, agências reguladoras, Institutos, ministérios e com a sociedade como um todo.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

São utilizados pela Companhia os seguintes instrumentos para prevenção de riscos ambientais:

- Sistema de Gestão Ambiental da empresa;
- Utilização de metodologias científicas e/ou diretrizes para o desenvolvimento dos programas ambientais;
- Elaboração de especificação técnica visando a contratação de serviços, estudos e projetos ambientais;
- Procedimento gerencial de gerenciamento de resíduos, efluentes e outros programas;
- Procedimento gerencial de licenciamento ambiental;
- Procedimento gerencial de autorizações ambientais;
- Procedimento gerencial de ocorrências ambientais;
- Procedimento gerencial de diretrizes ambientais para a manutenção, reparo e melhoria de via permanente;
- Procedimento gerencial Resposta a Emergência Ambiental;
- Procedimento Operacional para avaliação de fornecedores;
- Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores e para a comunidade;
- Processo de conformidade legal.

A Diretoria de Relações Institucionais da Companhia possui o Comitê de Sustentabilidade que tem por objetivo acompanhar os indicadores relacionados às questões de Comunidade e representantes da Administração Pública, apresentar boas práticas e projetos implantados em MG, RJ e SP e tratar temas complexos cuja solução exija investimentos ou a participação ativa de outras áreas da Companhia.

A MRS possui remuneração variável de parte de seus colaboradores, incluindo alta direção, com critérios de sustentabilidade e aumento de performance ambiental, cujo objetivo principal é fomentar ações, programas e estratégias de sustentabilidade da MRS e seus stakeholders.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

A estrutura está presente dentro do relatado no tópico I) b.iii, deste item 5.1.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Esse ponto foi tratado nos tópicos I) b.iii e I) c., deste item 5.1

Ressaltamos que, conforme descrito no tópico I) b.ii, acima, em 2022 foi definida a criação de nova estrutura de segunda linha de gestão de riscos, e contratada consultoria para revisar a metodologia e ferramentas existentes para suportar a nova área. O projeto foi dividido em 3 fases, tendo a primeira e segunda fases sido entregues até o final de 2022, e a terceira e última fase prevista para meados de fevereiro de 2023.

Para minimizar os riscos associados ao item 4.1.(e) que trata de fornecedores, a Companhia utiliza de um sistema de qualificação de fornecedores para a avaliação, classificação e seleção nos processos de contratação de Suprimentos. Previamente à formalização de um contrato, são checadas as questões trabalhistas, financeiras, fiscais e sociais (como envolvimento em trabalho escravo e representatividade de minorias no quadro societário); qualquer inconsistência encontrada é compartilhada com a interface devida (gestão estratégica, auditoria e até mesmo comitê de ética) para a tomada de decisão.

Durante o fornecimento, os contratos passam pela avaliação de gestores, que ponderam questões ligadas à SMA (Segurança e Meio Ambiente), Qualidade, Cronograma, dentre outras, além de classificarem fornecedores críticos. Existem também cláusulas de direitos humanos, trabalhistas, previdenciárias e ambientais em todos os contratos, seja de material ou serviço, mão de obra interna ou externa.

Ainda dentro do item 4.1.(e) no tópico sobre "Falta ou falha no fornecimento de diesel" e a fim de mitigar esse risco, a MRS atua de forma a incentivar ações de prevenção e tratamento de emergências ambientais em sua cadeia de valor. A fornecedora de diesel, que também é operadora e mantenedora dos postos de abastecimento da Companhia, possui planos de gerenciamento de riscos e plano de atendimento à emergência vigentes e atualizados.

5.2 Descrição dos controles internos

- 5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:
- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis, a Gerência de Contabilidade e Patrimônio é responsável:

- Pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- 2) Pela conciliação dos saldos das contas patrimoniais, garantindo que os saldos contábeis reflitam a real situação financeira e econômica da Companhia;
- 3) Pela parametrização das contas contábeis no sistema operacional da Companhia (Oracle EBS) e seus sistemas legados ou interfaceados.

Além disso, todos os lançamentos manuais são realizados apenas por colaboradores lotados na Gerência de Contabilidade e Patrimônio e Gerência Tributária e aprovados, sistemicamente, pelo gerente de contabilidade e patrimônio, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

As demonstrações contábeis são submetidas, anualmente, ao processo de auditoria e, trimestralmente, ao processo de revisão de informações intermediárias realizada por auditor independente e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorções relevantes.

A Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos elabora Plano Anual de Auditoria, com base na análise dos riscos dos processos da Companhia. Eventualmente, um processo que tenha deficiências identificadas pode gerar algum impacto nas demonstrações contábeis. Neste caso, ações corretivas são discutidas com a Gerência de Contabilidade e Patrimônio e acompanhadas junto aos gestores responsáveis.

A Auditoria Interna da MRS foi a primeira do gênero em ferrovias sul-americanas a receber a certificação de qualidade do IIA Global (Institute of Internal Auditors), a principal entidade do segmento, que avalia a consistência e a qualidade da prática de Auditoria Interna de acordo com os padrões globais estabelecidos como mandatórios para esta atividade.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria de Finanças e Desenvolvimento é a área responsável pelas demonstrações contábeis da Companhia, que são elaboradas pela Gerência de Contabilidade e Patrimônio, que está subordinada à Gerência Geral de Controladoria. A Gerência Tributária também está subordinada à Gerência Geral de Controladoria. Cabe ao gerente de contabilidade e patrimônio assegurar a adoção das boas práticas e das normas contábeis, seguindo a legislação contábil e regulatória para que as demonstrações contábeis e todas as demais obrigações acessórias sejam entregues dentro do prazo e em conformidade com exigências legais. O gerente tributário é responsável por assegurar a adoção das boas práticas fiscais.

PÁGINA: 32 de 39

5.2 Descrição dos controles internos

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Após realizar as auditorias investigativas, consultivas e preventivas, o Gerente Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos elabora relatório reportando diretamente ao Conselho de Administração todas as deficiências e pontos de melhoria encontrados nos mais diversos processos e rotinas da Companhia, podendo incluir a elaboração de Demonstrações Financeiras.

Para as deficiências e pontos de melhorias apontados são traçados, pela área auditada, com supervisão da Auditoria Interna, planos de ação para atuar de forma corretiva e preventiva sobre os riscos apontados. Cabe aos gerentes gerais adotar e executar as ações corretivas e preventivas definidas pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 foi emitido pelos auditores externos - KPMG Auditores Independentes.

Durante a execução de seu trabalho de auditoria para as demonstrações contábeis do último exercício social, os auditores independentes não identificaram deficiências significativas em relação aos controles internos da Companhia.

As deficiências não significativas apresentadas na carta de recomendações referem-se, basicamente, a sugestões de aprimoramento dos controles internos e dos procedimentos contábeis.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia avaliou as deficiências e recomendações não significativas reportadas pelo auditor independente e entende que tais deficiências não promoveram distorções nas demonstrações contábeis. Para as recomendações sugeridas foram definidas ações, quando julgadas necessárias, visando a implementação de melhorias dos controles internos.

PÁGINA: 33 de 39

5.3 Programa de integridade

- 5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:
- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A MRS possui Código de Conduta Ética, atualizado em dezembro de 2021, e especificamente atualizado em dezembro de 2017 para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade, e às seguintes políticas relacionadas a ele:

- Relacionamento com os Órgãos Públicos e Anticorrupção
- Conflito de Interesses
- Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- Presentes e Brindes
- Patrocínios e Doações

Em dezembro de 2017, foi também emitido o Código de Conduta Ética para Terceiros, que se destina à formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS a serem observados por clientes, fornecedores, parceiros comerciais e quaisquer outros terceiros que se relacionem com a MRS.

A Companhia possui um Canal de Denúncias por meio do qual são recebidas dúvidas e denúncias, que funciona como um mecanismo de controle das situações de risco às quais a Companhia está exposta e de tratamento das condutas antiéticas ou ilícitas que eventualmente venham a ser praticadas. Os casos mais complexos são resolvidos pelo Comitê de Conduta Ética da Companhia, composto pelo Gerente Geral de Auditoria e Gestão de Riscos, pelo Diretor de Recursos Humanos e pelo Diretor Presidente.

No ano de 2017, foi realizado treinamento presencial de todos os gestores da Companhia em relação ao Programa de Integridade e todos os colaboradores realizaram o treinamento online relativo ao Programa de Ética e Integridade da Companhia.

Em dezembro de 2018, foi realizado treinamento presencial para os Gestores da Companhia, em reforço ao treinamento anteriormente realizado.

Em 2019, foi criada a Cartilha do Programa de Ética e Integridade da Companhia, realizada campanha de comunicação interna para divulgação da Cartilha e dos principais pontos das Políticas de Conduta e instituído um treinamento sobre o Programa de Integridade no momento em que novos colaboradores são admitidos (durante o Programa de Integração de novos colaboradores).

Até o momento, não foi implantada política de revisão periódica da avaliação de riscos, bem como não está estruturado o monitoramento contínuo. Entretanto, em 2022 foi efetuado, por consultoria independente, um diagnóstico de compliance da MRS, e as recomendações e melhorias sugeridas para adequação total às diretrizes da CGU já estão em fase de implantação.

5.3 Programa de integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui uma Gerência de *Compliance* ligada diretamente à Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, a qual é subordinada ao Conselho de Administração da MRS e, conforme descrito no item i, foi efetuado um diagnóstico de compliance da MRS por consultoria independente, e as recomendações e melhorias sugeridas para adequação total às diretrizes da CGU já estão em fase de implantação.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
 - se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A MRS possui Código de Conduta Ética aplicável a todos os colaboradores e fornecedores, sendo parte integrante do contrato de trabalho e das demais relações contratuais e/ou de representação dos colaboradores e demais parceiros da Companhia. O referido Código foi atualizado em dezembro de 2021, e em dezembro de 2017, especificamente para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A inobservância ao estabelecido no Código de Conduta Ética caracteriza infração e enseja a aplicação de medidas disciplinares, devidamente estipuladas no próprio documento.

Caso não sejam cumpridas as normas do Código de Conduta Ética e das políticas gerais de conduta, os colaboradores poderão sofrer penalidades, que poderão variar, de acordo com a gravidade da violação, entre as quais: as previstas no Regulamento Disciplinar da MRS, advertência por escrito, suspensão ou demissão por justa causa ou sem justa causa.

Poderão ser tomadas, ainda, medidas para destituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Para os fornecedores, clientes, representantes e demais terceiros que tenham vínculos contratuais ou de representação com a MRS, qualquer infração aos documentos poderá resultar em rescisão do contrato ou do instrumento de mandato e, quando cabível, na aplicação de multas contratuais.

Poderão ser adotadas medidas judiciais ou extrajudiciais para reparar eventuais danos causados à Companhia em quaisquer dos casos acima.

Violações ao Código de Conduta Ética podem ter consequências graves para a MRS e para os indivíduos envolvidos. Condutas que possam ser consideradas criminosas, além de implicarem a rescisão contratual e a extinção do vínculo do parceiro com a MRS, serão encaminhadas às autoridades competentes para investigação e podem resultar em processos e/ou condenações, na forma da legislação aplicável.

Em 2022, foram recebidos 107 casos pertinentes ao canal (1 caso pode ter mais de uma denúncia associada), tendo sido finalizadas investigações para 63 deles, conforme detalhes, a seguir:

- 27 relativos a desvios éticos foram considerados procedentes, gerando 35 demissões (sendo 2 por justa causa), 5 suspensões, 16 advertências e 7 descredenciamentos de terceiros;
- 22 relacionados a reclamações ou descumprimentos acarretaram regularizações de processos.

5.3 Programa de integridade

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O atual Código de Conduta Ética, as políticas a ele relacionadas e o Código de Conduta Ética para Terceiros foram aprovados pelo Conselho de Administração e Diretoria em 17 de dezembro de 2021 e pode ser consultado no *site* da MRS (https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/).

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
 - i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Em 2022, a MRS terceirizou o Canal de Denúncias com a empresa ICTS, que efetua todo o recebimento, atendimento ao denunciante (caso seja efetuada ligação telefônica no horário de atendimento) e primeiro tratamento dos dados das denúncias.

A Gerência de *Compliance* continua responsável pelos trabalhos de investigação interna e tratamento das consequências com base nos resultados das apurações.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Colaboradores, terceiros e sociedade em geral podem acessar o "Canal de Denúncias", que está disponível no site da empresa (www.mrs.com.br), podendo a denúncia ser efetuada em sistema específico ou via 0800 (ligação gratuita), com anonimato garantido.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O anonimato é garantido. O denunciante recebe um protocolo da denúncia, com o qual pode verificar o andamento da apuração, bem como pode estabelecer contato com os responsáveis pela apuração, sempre de forma anônima, com o intuito de adicionar ou refinar os dados e fatos descritos.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Os trabalhos de apuração das denúncias na MRS estão a cargo da Gerência de *Compliance*, subordinada à Gerência Geral de Auditoria Interna de Gestão de Riscos, diretamente subordinada ao Conselho de Administração.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 exercícios sociais, não foram apurados desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, visto que a Companhia adotou medidas neste sentido.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Riscos Ambientais:

Os processos de gerenciamento de riscos ambientais vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo com o intuito de prever e corrigir possíveis desvios, falhas ou imperfeições que possam ameaçar os controles ambientais e gerar insegurança em qualquer área de atuação da Companhia que tenha processos ligados direta ou indiretamente ao meio ambiente e suas normas reguladoras e legislação pertinente.

No exercício social encerrado em 2022, não houve alterações significativas nos riscos ambientais ou nos processos de gerenciamento dos mesmos e não há expectativas de aumento na exposição da Companhia a tais riscos. Os riscos estão diminuindo ao passo que a Companhia investe em ações de adequações ambientais de seus processos, prevenção de incidentes, relação com os órgãos ambientais e regulatórios, proximidade com a comunidade e treinamento e conscientização de seus funcionários.

Riscos Corporativos

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos da MRS. Entretanto, conforme detalhado na seção 5.3 deste Formulário de Referência, a criação efetiva da segunda linha de Gestão de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração, e contratada consultoria para reavaliar a metodologia e implantação da nova área. Esse projeto foi definido em três fases, tendo as duas primeiras terminado em 2022 e a terceira e última prevista para término em meados de fevereiro de 2023.

<u>Fornecedores</u>

Para minimizar os riscos associados a fornecedores, a Companhia se utiliza de diversos processos para seleção, gerenciamento e acompanhamento desses. Previamente à seleção, ao cadastrar o fornecedor em sua base de dados, a empresa promove questionários voltados à ESG (*Environmental*, *Social and Governance*), abordando *Compliance*, Governança, Anticorrupção, Meio Ambiente, Saúde Financeira, entre outros. Nestes questionários o fornecedor é apresentado ao Programa de Integridade MRS, Termo Anticorrupção e Código de Ética. Além dos questionários, também são objeto de consulta informações públicas por meio de uma plataforma de *background check* contratada pela MRS, inclusive contemplando o quadro de sócios e filiais, para identificar possíveis irregularidades e traçar planos de ação, em um trabalho conjunto das áreas de Suprimentos, Jurídico e de Auditoria Interna. Durante o fornecimento, os contratos passam pela avaliação de gestores no sistema IDF (Índice de Desenvolvimento do Fornecedor), que pondera questões ligadas à SMA (Segurança e Meio Ambiente), Qualidade, Cronograma, dentre outras, além de classificar fornecedores críticos. Existem também cláusulas trabalhistas, previdenciárias e ambientais em todos os contratos, seja de material ou serviço, mão de obra interna ou externa.

Faixa de Domínio e Questões Habitacionais

Uma característica presente nos sistemas ferroviários nacionais, principalmente naqueles de grande interface com municípios densamente povoados, é a dificuldade de conciliar a deficiência de políticas de planejamento e zoneamento, questões habitacionais e infraestrutura de saneamento com a integridade da operação ferroviária.

5.4 Alterações significativas

A interface em áreas urbanizadas se traduz em situações rotineiras na operação ferroviária, tais como: acidentes decorrentes do trânsito intenso de pessoas e veículos; furto ou vandalismo de cargas; ocupação irregular (invasão); descarte irregular de resíduos domésticos; assim como limitações para expansão; insatisfação e risco de manifestação pelas comunidades. Neste cenário, ao longo dos anos, a MRS tem demonstrado atenção constante ao bem-estar das comunidades, principalmente, àquelas próximas de sua faixa de domínio e para contribuir com as soluções foi constituída, em 2021, a Gerência de Gestão Fundiária e de Interferências de Terceiros, designadas a criar e revisar procedimentos, fluxos de negociação e propostas para questões de deslocamento de populações, dentre outras atividades. Em 2022, foi criada a Gerência de Políticas Sociais com o objetivo de implementar a política de remoção de vulneráveis, tratando os impactos sociais diversos ocasionados pelo deslocamento de pessoas, resguardando o direito à moradia desta população.

A MRS, em busca de aprimorar seus processos contratou, em 2022, uma consultoria especializada, com referência nas melhores práticas do mercado e em recomendações internacionais, visando a formalização de regras e critérios para o deslocamento de populações. O ano de 2022 se destacou com dois projetos: (i) com acompanhamento da Defesa Civil e Secretaria Social do município de Ibirité (MG) para o deslocamento de 46 famílias que residiam em duas áreas de ocupação irregular e receberam auxílio em montante financeiro para adquirirem novas moradias. Este processo está previsto para ser finalizado no primeiro semestre de 2023, com orçamento total de R\$ 5 milhões; e (ii) no município de Suzano (SP), foi elaborado um plano de deslocamento de famílias em conjunto com a prefeitura para 300 imóveis em situação irregular. Este projeto foi dividido em fases. A primeira fase do projeto irá contemplar 53 unidades habitacionais em situação de maior risco, está em aprovação com as comunidades e formalização da parceria com a Administração Municipal, que cederá o terreno e implantará a infraestrutura básica. O orçamento para este projeto é de, aproximadamente, R\$ 6 milhões.

Neste cenário, a MRS tem ampliado os levantamentos quanto a possíveis invasões na faixa de domínio para preservar a operação ferroviária, visando ao atendimento dos requisitos da concessão. Em ação complementar, tem contribuído junto à ANTT, na agenda regulatória do biênio 2023-2024, para construção de regulamentação da faixa de domínio.

PÁGINA: 38 de 39

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas já mencionadas na seção 5 deste Formulário de Referência

PÁGINA: 39 de 39